

## **A REPRESENTAÇÃO DAS MINORIAS SEXUAIS NA INFORMAÇÃO TELEVISIVA PORTUGUESA – UMA QUESTÃO «TERRITORIAL»\***

Este trabalho debruça-se sobre a questão da representação das minorias sexuais na informação televisiva portuguesa, tendo como eixo central da reflexão a relação entre um meio de massa e uma realidade social minoritária.

As minorias sexuais, frequentemente designadas pela sigla LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgéneros) pela sua expressão cada vez mais visível, desde os anos 60, são fenómenos que confrontam a sociedade em geral com questões relativas à sexualidade, à reprodução, à família, aos estilos de vida, não deixando margem para continuar a acreditar na existência exclusiva de um modelo para qualquer um destes aspectos. No entanto, em relação a cada um deles, existe uma concepção normativa que tende a estigmatizar as minorias sexuais.

Tradicionalmente, os discursos sobre estas minorias têm-nas remetido para um estatuto desviante, que tem condicionado a sua sociabilidade e a aceitação dos seus modos de vida, verificando-se a persistência, mesmo nas sociedades democráticas, de noções e comportamentos discriminatórios em relação a sexualidades alternativas à norma da heterossexualidade. Nomeadamente, a religião, e posteriormente a ciência, contribuíram de forma determinante para a definição desse estatuto. Este cenário tem vindo a alterar-se, com a emergência dos movimentos de emancipação destas minorias, e com sucessivas conquistas dos seus direitos democráticos.

**Clara Roldão Pinto Caldeira**  
Universidade Lusófona de Humanidades e  
Tecnologias

\* Artigo elaborado a partir de uma investigação produzida para provas de mestrado, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.

Pretende-se problematizar o papel do jornalismo na representação social das minorias sexuais enquanto território de intersecção dos vários discursos e ele próprio um discurso específico sobre a realidade social. Pretende-se verificar como é que as minorias sexuais são integradas no território jornalístico, enquanto fenómeno questionador da norma e enquanto grupo simultaneamente investido na reivindicação dos seus direitos. Admite-se que o discurso jornalístico pode, neste âmbito, constituir uma força ideológica de reforço da norma ou, contrariamente, contribuir para a alteração da concepção social destas minorias. Encara-se, a este nível, a hipótese de a própria evolução da afirmação pública das minorias sexuais num registo reivindicativo de igualitarização dos seus direitos em relação à restante sociedade e o reconhecimento, ainda que lento, num regime democrático, dessas reivindicações possam ter lugar no território do discurso jornalístico, independentemente da manutenção de um centro social resistente à integração destas identidades e à sua emancipação face a um estatuto social marginalizante.

## O discurso jornalístico-um território no universo mediático

De que modo os meios de comunicação de massa, e em particular a televisão, condicionam e alteram a visibilidade das minorias sexuais?

A teoria social dos media de Thompson trata aprofundadamente as mudanças introduzidas pelos meios de massa na circulação de formas simbólicas. A comunicação de massa tem características específicas indissociáveis da emergência das sociedades modernas e do capitalismo. Assim, os bens simbólicos passaram a ser produzidos no âmbito de um desenvolvimento técnico que permite a fixação e a reprodução, através de uma relação de sentido único que institui uma separação entre produtores e receptores, permitindo a disponibilidade das formas simbólicas através do espaço e no tempo (Thompson, 1995). Essencialmente, os media modernos mediatizam a realidade, através da produção e comercialização das formas simbólicas, ultrapassando as limitações da comunicação face-a-face, superando as barreiras espacio-temporais, expandindo enormemente o seu alcance.

A circulação pública de bens simbólicos a que Thompson se refere, através da mediatização, levanta várias questões sociais, inimagináveis quando a troca de bens simbólicos dependia de um mesmo espaço e tempo, nomeadamente em termos de alteração das condições de visibilidade (*idem*).

A transmissão de bens culturais através do espaço e do tempo permite o contacto com realidades desconhecidas e inacessíveis por outros meios. A homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade inserem-se certamente no tipo de realidade com que a grande maioria das pessoas nunca chegaria a contactar se não existisse comunicação mediatizada. Assim, os media criam uma possibilidade de experiência não só com realidades espacio-temporalmente afastadas, mas socialmente distantes. Os media criam visibilidade às minorias e possibilitam experiência/contacto com realidades normalmente escondidas.

A mediatização vem assim, ironicamente, inverter aquilo que uma perspectiva histórica identificava como o sequestro da experiência, ou seja, uma tendência para remeter para a invisibilidade algumas vivências que se entendia deverem estar separadas do normal funcionamento social, afastando-as para espaços delimitados e de difícil acesso. Escreve Thompson: «(...) o sequestro institucional da experiência evoluiu a par de outro desenvolvimento que, de certa forma,

o contrária: a expansão massiva de formas de experiência mediatizada» (1995: 226). Estas realidades, como a doença, a deficiência, a loucura, eram isoladas da sociedade em virtude do seu carácter desviante, segundo uma perspectiva funcional do desvio. Os media, pela sua capacidade de mediatizar experiências privadas e socialmente invisíveis, devolvem à sociedade o contacto com as realidades consideradas desviantes. No caso das minorias sexuais, esta reviravolta da História fornece matéria de reflexão, na medida em que o estatuto público que os media lhes podem conceder terá, eventualmente, consequências ao nível da sua imagem social, de acordo com uma noção de desvio em constante alteração, por via da confrontação social.

A mediatização constitui sempre e necessariamente uma opção representacional, consciente ou não, estruturada por mecanismos de selecção e exclusão, edição, narrativa, discursos verbal e visual, sua disposição e usos. A produção noticiosa, em particular, é um trabalho activo de seleccionar e apresentar, estruturar e moldar, constituindo-se como uma prática significativa. O que é relevante analisar nos media é a forma como mobilizam os seus recursos específicos para uma determinada forma de mediatizar o real, isto é, de o representar (Hall, 1988).

Kellner (1990) aborda a questão da ideologia nos meios de comunicação de massa, particularmente na televisão. A sua percepção da questão ideológica neste meio resulta de uma contextualização histórica que leva o autor a compreender a televisão a partir de uma dupla matriz, económica e política nos Estados Unidos da América (EUA): o capitalismo e a democracia. Embora a sua análise se foque no caso americano, é legítimo generalizar a ideia ao mundo ocidental. O caso português, a este nível, não goza de similitudes com o americano, e é bastante particular, uma vez que, ao contrário do que aconteceu na maioria dos países europeus, na década em que a televisão foi generalizada, Portugal vivia ainda sob uma ditadura. A emergência da televisão no nosso país não esteve assim associada nem ao capitalismo nem à democracia, mas pode afirmar-se que actualmente depende e relaciona-se profundamente com ambos.

Embora as suas posições sejam bastante críticas em relação à influência dos factores económicos na televisão, Kellner considera que este meio é um espaço de confronto entre forças sociais, sendo as suas funções e efeitos contraditórios: «Às vezes reproduz o *status quo* de uma forma altamente conservadora, outras promove mudança (liberal) e reformas sociais» (1990: 6). A importância da televisão, dada a sua enorme penetração no quotidiano, transformando este meio em fonte exclusiva de informação para um número muito significativo de pessoas em todo o mundo, faz dela a arena onde se confrontam os interesses e as facções sociais. Escreve Kellner: «Do meu ponto de vista, a televisão, longe de ser a voz monolítica da ideologia liberal ou conservadora, é um meio muito conflitual no qual se intersectam forças políticas, sociais e culturais em competição» (1990: 14).

A visibilidade que os vários movimentos progressistas tiveram, nos anos 60 e 70, dos negros, homossexuais, ambientalistas e outros, reflecte a possibilidade de confronto e resistência à cultura dominante. Os media americanos tiveram o papel de fazer a mediação entre grupos em confronto no sentido da estabilização e integração sociais. A visibilidade destes movimentos foi também atravessada por contradições, refere Kellner, o que reflecte as tensões entre a dimensão capitalista e democrática dos media. A pressão de grupos em luta não pode ser sistematicamente ignorada pelos media, porque se coloca, a este nível, o problema da legitimidade, relacionada com as funções democráticas atribuídas aos media.

Apesar de reconhecer a influência das forças económicas no sistema mediático, com sério prejuízo para a democracia e o pluralismo, Kellner refere que o discurso jornalístico, ao nível da

dimensão informativa da televisão, tem uma especificidade própria, subordinada a regras e princípios éticos e deontológicos. Assim, várias tensões atravessam o meio televisivo, a partir das dimensões comercial (fidelização de grandes audiências) e democrática (promoção de informação em favor do «interesse público») da televisão, sendo o resultado das lutas variável consoante o momento histórico particular, e os vários condicionalismos que intervêm no seu funcionamento.

## O discurso jornalístico-um território com o seu próprio mapa

Para analisar a representação mediática das minorias sexuais produzida pelo discurso jornalístico, há que considerar um conjunto de características relevantes das condições e lógicas de produção do mesmo e a sua relação com a realidade destas minorias.

As notícias constróem uma determinada perspectiva sobre a realidade, apesar da sua legitimidade social advir da pretensão de apresentar a realidade tal como ela é, de modo transparente, objectivo e total.

O clássico estudo de Galtung e Ruge, «Structuring and selecting the news», de 1965, é fundador na enunciação dos valores-notícia que organizam a produção noticiosa, e que ainda hoje constituem uma referência. Os autores comparam o processo de selecção de acontecimentos noticiáveis à captação de um rádio. O factor tempo surge como um dos poderosos factores de selecção. Usando a analogia da rádio, escrevem os autores: «Tal como a frequência da rádio tem limitações em relação às ondas electro-magnéticas, também o jornal terá as suas limitações, e defendemos a tese de que quanto mais semelhante for a frequência de um evento à frequência do meio de comunicação, mais provável é que seja registado como notícia por esse meio de comunicação» (Galtung e Ruge, 1988: 53). Assim, mais facilmente os acontecimentos diários são captados pelo discurso noticioso do que os processos a longo prazo, a não ser que estes atinjam, num momento preciso, o seu climax dramático, abrindo a possibilidade de isolar um ponto no tempo que possa ser apreendido pela rotina de produção diária. Assim, por exemplo, uma decisão no âmbito legislativo que afecte as minorias sexuais é mais facilmente enquadrável na lógica de produção noticiosa diária do que a luta reivindicativa das minorias, os seus argumentos, e as consequências nas suas vidas quotidianas pelo não-reconhecimento de determinados direitos. Ou seja, as notícias representam um momento mas não fornecem sobre ele a complexidade do processo que o envolveu, o que configura a propensão para acontecimentos e não para problemáticas.

A não-ambiguidade dos acontecimentos é outro factor que condiciona a sua inclusão nas notícias, usando ainda a metáfora da captação de som. E esclarecem os autores: «Não é uma questão de preferir o simples ao complexo, mas um preciosismo disso: é antes um evento com uma interpretação clara, sem ambiguidades de sentido é preferível a um acontecimento ambíguo, cujas implicações podem e serão várias e inconsistentes» (*ibidem*: 54). O desconhecimento e a incompreensão social sobre a complexidade das realidades minoritárias é um dos aspectos que as torna um assunto pouco noticiável.

Um outro factor relaciona-se com o sentido dos acontecimentos: a proximidade cultural: «É como uma pessoa do Norte da Europa a sintonizar uma estação de rádio em Marrocos: provavelmente passará pela música árabe sem dar atenção e continuará à procura de uma frequência, encontrando satisfação em ouvir música europeia e a língua francesa» (*ibidem*). Um dos

motivos que pode condicionar a inclusão nas notícias de acontecimentos culturalmente distantes é a sua relevância, continuando a ter como ponto de referência a sua cultura: «Um país culturalmente distante pode ser relevante por via de um conflito com o nosso próprio grupo» (*ibidem*). Em relação à matriz cultural dominante, o *mainstream*, as minorias sexuais constituem «uma frequência distante», o que se cruza com a questão comercial das audiências. Como se trata de um fenómeno minoritário não se revela tão aliciante em termos de interesse público pressuposto, a não ser que a lógica adversarial ou de contraste com a norma seja evidenciada.

A consonância é outro aspecto apontado para a selecção das notícias, e relaciona-se com a expectativa: «Uma pessoa prevê que alguma coisa pode acontecer e isso cria uma matriz mental para a recepção e registo de um acontecimento, se ele vier de facto a acontecer» (*idem*: 55). Por contraponto, o inesperado é um valor-notícia fundamental, mas não é contraditório com os anteriores: o inesperado constitui-se assim em relação a uma matriz do que é esperado e estável, e o seu valor enquanto notícia resulta dessa referência. Assim, os acontecimentos de continuidade são registados como notícias mesmo que a amplitude diminua, pelo menos durante algum tempo. Este factor relaciona-se com a necessidade de produzir notícias regularmente, mas tem uma implicação interessante: uma vez que um acontecimento é reconhecido como notícia, os seus desenvolvimentos são reconhecidos como factos noticiáveis. Isso pode ter implicações positivas na representação das minorias sexuais: se estas são agendadas uma vez, poderão voltar a ser.

Galtung e Ruge consideram factores de ordem cultural para a definição dos valores-notícia, numa perspectiva ocidental. Um dos valores-notícia considerado neste âmbito é a elite: países de elite e personalidades de elite têm grandes probabilidades de ser notícia, porque as suas acções têm conseqüências para um mais vasto número de pessoas e porque as elites têm um valor simbólico de identificação para toda a sociedade (*idem*: 56-57). Devido às questões da estigmatização e ao secretismo a que muitos elementos das minorias sexuais se condenam, por receio de represálias nos meios familiar e profissional, e à quase inexistência de figuras relevantes do mundo empresarial e político assumidas, as minorias sexuais não são contempladas pelo valor-notícia da elite.

A personificação é um valor-notícia mais complexo. Tem implicações no conteúdo das notícias, e constitui-se ainda como marca linguística do discurso jornalístico: «Consideramos que as notícias têm tendência para apresentar os acontecimentos como frases em que há um sujeito, uma pessoa nomeada ou uma colectividade de algumas pessoas, e deste modo os acontecimentos são vistos como uma conseqüência da acção dessa pessoa ou dessas pessoas» (*idem*: 57). Em parte, a personificação resulta do valor-notícia das elites, mas não se confunde com ele. As notícias sobre elites podem ser personificadas mais facilmente, mas a personificação aplica-se ao discurso noticioso em geral. Galtung e Ruge defendem que isso pode ter uma relação muito forte com um idealismo cultural que perspectiva o Homem enquanto ser dotado de vontade própria capaz de comandar os seus destinos (*ibidem*). A personificação das notícias pode efectivamente resultar disso, mas produz também o seu reforço. Ainda, os autores identificam a pertinência deste valor-notícia com um motivo que se prende com a lógica das audiências: a personificação facilita a empatia e a identificação dos espectadores com o que se está a passar. No caso das minorias sexuais, a inexistência de uma elite social assumida que as represente, e a dificuldade em encontrar muitas pessoas que expressem publicamente a sua sexualidade alternativa, e o facto das minorias sexuais constituírem um fenómeno questionador da norma social torna as suas possibilidades de exclusão da lógica noticiosa maiores.

A negatividade é um valor-notícia muito importante, que se traduz na máxima «más notícias são boas notícias». Galtung e Ruge apontam algumas razões que explicam a importância noticiosa da negatividade: satisfaz melhor o critério de frequência, os acontecimentos negativos são mais facilmente consensuais e pouco ambíguos, os acontecimentos negativos perturbam uma normalidade social estrutural e por isso é mais fácil serem interpretados pela maioria como disruptivos. De acordo com as teses de Ericson et al (1987), segundo as quais as notícias tornam visível o desvio no sentido de reforçar a normalidade social, o valor da negatividade pode ser decisivo na contemplação das minorias sexuais pelo discurso noticioso, mas de forma estereotipada e reforçadora da imagem social mais comum.

O estudo de Galtung e Ruge é fundador de muitos outros textos sobre a selecção e construção das notícias, no âmbito do *newsmaking*. Golding e Elliott consideram as necessidades e os interesses das audiências e a disponibilidade do material informativo os dois factores que condicionam a ideologia profissional. Escrevem sobre os valores-notícia: «São o caso típico da conversão de uma necessidade em virtude» (Golding e Elliott, 1996: 633). Estes autores consideram que os valores-notícia são «muito mais a explicação ou justificação de procedimentos necessários do que a sua causa» (*idem*: 632). Assim, se consideramos os interesses das audiências, e a incorporação pelos jornalistas da noção de «o que vende», é admissível que os assuntos relativos às minorias sexuais não sejam considerados pelos jornalistas como de «interesse público», na medida em que são realidades minoritárias que são instabilizadoras da norma social. Quanto à questão da acessibilidade, que contempla a disponibilidade de material informativo sobre um assunto e a preparação prévia dos profissionais para lidar com as questões, deve dizer-se que, frequentemente, as matérias relativas às minorias sexuais são desconhecidas das organizações noticiosas, o que aliás é confirmado pela escassez de notícias sobre essas realidades na televisão portuguesa antes da afirmação do associativismo. Este constitui-se, naturalmente, como a fonte de informação mais acessível aos media, e a sua acção só se verifica em Portugal de forma sistemática a partir da década de 90, com um notável crescimento a partir de 1995.

Hall et al tratam a questão das fontes no âmbito dos definidores primários e secundários: o facto das instituições serem produtores regulares de acontecimentos e por isso sistematicamente noticiadas, gerando as categorias noticiosas principais (economia, política, desporto) coloca-as no papel de definidores primários das notícias, o que torna os jornalistas definidores secundários (Hall et al, 1996). Os autores consideram que os valores profissionais da objectividade, imparcialidade e equilíbrio conduzem ao recurso privilegiado a fontes institucionais. As minorias sexuais, enquanto grupo em reivindicação pelos seus direitos com uma representação associativa muito recente em Portugal, não estão organizadas em instituições cujo reconhecimento social as coloque no papel de «fontes primárias», estando mais à mercê, do que outros grupos, da iniciativa mediática para obter visibilidade.

## **Um estudo de caso: a representação das minorias sexuais na informação da SIC de 1995-2000**

Este estudo debruçou-se sobre as notícias cujo assunto ou tema se relacionem com minorias sexuais divulgadas em espaços informativos regulares (noticiários) da SIC entre 1995 e 2000.

No período considerado, 119 notícias foram emitidas nos noticiários desta estação televisiva. Observa-se um aumento acentuado da frequência de notícias sobre minorias sexuais de 1995 até

1997. No primeiro ano em análise, há apenas 4 notícias sobre minorias sexuais, em 1996 o número sobe para o quádruplo (17) e em 1997 há 36 peças que incidem sobre temáticas. A partir deste ano, e até 2000, a frequência diminui, mas nunca chega a atingir o nível de 1995. Tanto em 1998 como em 1999 há 23 peças, e em 2000 o número cai para 17, uma frequência que representa ainda sensivelmente quatro vezes mais do que o número de peças em 1995. Pode dizer-se que as minorias sexuais entram no alinhamento noticioso de uma forma definitiva, nunca chegando a atingir tão fraca visibilidade como no ano de 1995, o que poderá relacionar-se com a maior regularidade da acção associativa, que já existe nesse ano, mas é reforçada a partir de 1997.

Uma análise de frequência dos temas das peças noticiosas teve como objectivo obter uma caracterização da abordagem noticiosa às minorias sexuais neste período, procurando identificar em que âmbitos estas constituem matéria noticiável e quais destes se destacam em termos quantitativos.

A análise de frequência da classificação temática das 119 peças em análise do *corpus* permite concluir que há três temas dominantes: «Casos de Tribunal», «Manifestações» e «Questões Legislativas». O tema mais frequente é «Casos de Tribunal» (24 peças), e o sub-tema é «crimes de pedofilia» (12 peças), seguido de «crimes contra minorias» (9 peças). Este dado é interessante, porque anuncia já uma complexidade do *corpus*. Se por um lado há uma presença significativa (e dominante) do tema da pedofilia, que associa as sexualidades alternativas a comportamentos sociais desviantes, por outro há uma visibilização dos chamados crimes de ódio, que remetem as minorias sexuais para um estatuto de vítima. Os temas «Manifestações» e «Questões Legislativas» apresentam uma frequência próxima ao longo dos 6 anos (22 e 21 peças, respectivamente). No primeiro, o sub-tema dominante é «*gay pride*» (12 peças), a classificação temática que enquadra as notícias sobre um acontecimento que se dá em vários países todos os anos, na data de comemoração do Dia Internacional do Orgulho *Gay*. No segundo, o sub-tema dominante é «união de facto» (13 peças), o que se justifica pelo processo legislativo de discussão de nova legislação em Portugal para incluir os homossexuais, e por esta ser a reivindicação mais comum em todo o mundo, em alguns países gerando processos de reconhecimento efectivos.

Os outros temas mais frequentes são, por ordem decrescente: «Debates/polémicas» (15 peças), «Personalidades» (8 peças), «Eventos Culturais» (7 peças), *Fait Divers* e *Vida Associativa/Apoios* e «Transexualidade» (4 peças), «Media» e «Repressão» (3 peças), e «Histórias de Vida» e «Religião» (2 peças).

Os temas mais frequentes no agendamento noticioso destas minorias revelam que a sua representação é enquadrada em âmbitos temáticos que afectam directamente a vida quotidiana das minorias sexuais ou que têm a ver com iniciativas das próprias, conferindo-lhes legitimidade no plano político, e no plano cívico, respectivamente pelas categorias «Manifestações» e «Questões Legislativas». Há assim, um eixo de representação das minorias sexuais que tende a constituí-las como grupo reconhecido na luta pelo direito de igualitarização e expressão identitária pública. Realça-se que o facto destes temas serem relativos a acontecimentos específicos, associados à esfera político-parlamentar, e a acontecimentos programados, como a festa anual de comemoração do Dia do Orgulho *Gay*, terá contribuído para uma articulação positiva entre as rotinas de produção jornalística e a realidade LGBT. A cobertura de acontecimentos em que as minorias sexuais são os promotores e os protagonistas confere legitimidade ao seu esforço de publicitação, que poderia não ter efeito público e equivaler a uma quase inexistência social se não tivesse visibilidade mediática.

É assinalável que, na esfera já referida de temas noticiosos que remetem para o reconhecimento da questão da igualitarização de direitos no âmbito político, a SIC tenha protagonizado uma iniciativa que configura uma abordagem a uma problemática: trata-se de uma série de peças sobre o direito ao casamento entre homossexuais, quando não existia ainda nenhuma discussão pública em torno da questão das uniões de facto.

É inexistente nas notícias sobre as minorias sexuais qualquer tema que abranja a bissexualidade, absolutamente invisível no *corpus* estudado, o que demonstra a dificuldade de apreender a complexidade identitária deste grupo fora do binómio hetero/homo, que estrutura o discurso social em geral e jornalístico em particular sobre as minorias sexuais. Verifica-se uma dificuldade por parte do discurso jornalístico em integrar a ambiguidade.

Apresentamos ainda alguns aspectos revelados pela análise de conteúdo, numa perspectiva qualitativa. A homossexualidade é definida frequentemente nas notícias por associação ao lado folclórico, exibicionista da sexualidade, do corpo e da indefinição de género. É frequente ser a relação texto/imagem nas notícias que promove esta caracterização da homossexualidade, com efeitos representacionais poderosos pelo poder de verdade do dispositivo imagético da televisão que ofusca as questões de selecção e enquadramento. Esta assimilação entre a homossexualidade e os travestis ou as *drag queens*, figuras propositadamente parodiantes do género e oriundas da vida do espectáculo, reduz a diferença identitária à homossexualidade, caracteriza-a reforçando os estereótipos sociais e usa a imagem de uma facção do grupo LGBT (os transgéneros) sem abordar na sua especificidade. A predominância das imagens de excentricidade na representação de eventos públicos com um carácter festivo mas também reivindicativo pode ser problematizada à luz do conflito que atravessa os media noticiosos entre valores democráticos e valores comerciais: a apresentação da raridade corresponde a uma abordagem sensacionalista que prevê maior atenção do público aos aspectos folclóricos e um menor interesse nas questões políticas de um grupo minoritário, às quais o grande público não está sensível e pode eventualmente ser reactivo. Pode dizer-se que nestes casos, a representação produzida é ideológica na medida em que a relação texto/imagem é construtiva de uma caracterização dos LGBT que os remete para o seu estatuto desviante, reforçando- o .

A dimensão associativa das minorias sexuais é integrada na sua representação, mas o seu grau de reconhecimento é relativo. Um dos modos de obscurecimento desse aspecto é visível precisamente nas notícias cujo tema se relaciona com a dimensão de afirmação pública de identidades em protesto, em que muitas vezes a organização do evento e o seu propósito reivindicativo são submersos pela dimensão folclórica. Em vários casos, os dirigentes associativos, colocados em discurso directo, não são identificados explicitamente, o que é prejudicial ao estabelecimento de uma identificação segura, para o público, entre uma determinada pessoa e um propósito associativo, acabando por a identidade do testemunhante ser tomada pela categoria «homossexual». Esta análise indicia que embora as minorias sexuais, através da sua representação associativa tenham acesso aos media, com oportunidade de se expressar, o obscurecimento desse estatuto leva ao não reconhecimento destas associações como fontes primárias, com maior poder sobre a representação mediática.

É assinalável que seja frequente a inclusão, nas notícias, no âmbito do princípio jornalístico da objectividade, de opiniões de populares, confrontados com acontecimentos envolvendo a expressão pública das minorias sexuais. Verifica-se mais uma vez que a representação das minorias sexuais é



marcada pelo binómio hetero/homo, ou homossexuais/restante sociedade. Emerge aqui a questão do desvio e da norma: o facto de serem incluídas perspectivas exteriores ao grupo LGBT enquanto representativas da voz social, assimilada à norma heterossexual, atesta uma perspectiva sobre este grupo ainda marcada pelo carácter desviante que tradicionalmente lhe é atribuído. A validade noticiosa destes testemunhos, em vários casos analisados, depende ainda de um confronto da diferença sexual com a restante sociedade, e em algumas notícias, mais particularmente com as instituições associadas à normatividade heterossexual, como por exemplo a família.

## Conclusões

Perante a análise do caso da SIC, é impossível afirmar em termos absolutos que a representação produzida das minorias sexuais é exclusivamente reforçadora do estatuto desviante e marginal ou integradora. Alguns aspectos, como as próprias categorias temáticas mais frequentes das notícias, demonstram uma inclusão das minorias sexuais na produção noticiosa em eixos tendencialmente integradores, por serem áreas que dizem directamente respeito aos seus direitos e a acções de que são protagonistas. No entanto, a prevalência de uma lógica representacional subordinada ao binómio homo/hetero, e a produção de uma representação que enfatiza os aspectos estigmatizantes destas minorias e a assimilação da diversidade identitária na categoria abstracta de «homossexuais» (definida pela diferença em relação à norma) indica que alguns estereótipos continuam activos. No entanto, considera-se que a emergência do associativismo influencia positivamente o agendamento das questões das minorias sexuais, que são representadas ora pelo lado estigmatizante, ora dando delas uma visão positiva.

O discurso jornalístico constitui-se assim como um território de intersecção de várias forças sociais, sujeito a lógicas específicas que condicionam a representação produzida de uma realidade minoritária: embora reflecta a centralidade social, e as ideologias dominantes, é permeável às mudanças sociais e à introdução de novas forças e dinâmicas redefinidoras da sociedade.

## Bibliografia

- Ericson et al (1987) *Visualizing Deviance: A Study of News Organizations*, Toronto, University of Toronto Press.
- Galtung J. e Ruge, M. (1988) «Structuring and selecting the news», in S. Cohen. e J. Young (orgs) *The Manufacture of News. Deviance, Social Problems and Mass Media*, London, Constable: pp. 52-63 (or. 1965).
- Golding, P. e Elliott, P. (1996) «News values and news production», in P. Marris e S. Thornham, *Media Studies. A Reader*, Edinburgh, Edinburgh University Press: pp. 632-544 (or. 1979).
- Hall, S. (1988) «The rediscovery of «ideology»: return of the repressed in media studies», in M. Gurevitch et al (orgs) *Culture, Society and the Media*, London, Routledge: pp 56-90.
- Hall, S. et al (1996) «The social production of news», in P. Marris e S. Thornham, *Media Studies. A Reader*, Edinburgh, Edinburgh University Press: pp. 645-652
- Kellner, D. (1990) *Television and the Crisis of Democracy*, Boulder, Westview Press.
- Thompson, J. B. (1995) *The Media and Modernity: a Social Theory of the Media*, Cambridge, Polity Press.